

## **Conselho Local de Acção Social do Concelho de Alcanena**

### **Ata da reunião de 25/06/2014**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014, pelas 14h30, reuniu o Plenário do Conselho Local de Ação Social do Concelho de Alcanena, com a presença dos vários elementos identificados em folha anexa.

A reunião teve como Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior, previamente enviada;
2. Informações;
3. Projetos de apoio alimentar no Concelho;
4. Rede Social;
5. Parecer sobre Projeto da Fundação Joaquim S. Fernandes e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Penha de França;
6. Outros assuntos

No **ponto 1 – Aprovação da ata da reunião anterior** - a ata foi aprovada por unanimidade;

No **ponto 2 – Informações** - foram transmitidas informações acerca de:

- “Acordo de Intervenção Social” - proposta de modelo – a Senhora Presidente apresentou o modelo de acordo de intervenção social e explicou que este acordo se destina sobretudo às situações em que são efetuadas grandes intervenções, nomeadamente obras nas habitações, de forma a envolver e responsabilizar os beneficiários no processo. Referiu também modelo irá ser enviado a todos os parceiros do CLAS e solicitou o envio de eventuais propostas de alteração, até ao dia 14 de julho;
- Transporte de doentes não urgentes – foi apresentada informação do Serviço Nacional de Saúde, enviada pela Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo;
- Proposta SOCIALCode - “Plataforma Local de Intervenção Social Integrada” - a Senhora Presidente efetuou uma pequena abordagem a este ponto e passou a palavra à secretária da reunião do CLAS, que explicou em que consiste o SOCIALCode e salienta a importância de criar uma ferramenta que sirva para registar os atendimentos, a cada momento. O objetivo é criar uma plataforma partilhada por todos para que haja controle, em tempo útil e sempre atualizado. A Senhora Presidente referiu também que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo tem interesse em avançar com uma resposta neste sentido, de forma a que a ferramenta seja utilizada a nível intermunicipal;
- Intervenção Social DDHS 2014 – dados estatísticos – A Senhora Presidente passou a palavra à Coordenadora da Rede, que apresentou estes dados;
- Banco Local de Voluntariado – A Senhora Presidente informou que a formação para os candidatos a voluntários decorrerá no dia 14 de julho, abordou o tema do voluntariado, os locais do Município onde pode ser feito e, por fim, salientou que qualquer entidade se pode inscrever para acolher voluntários. Foi também apresentado o folheto informativo do BLV.

De seguida, foi dada a palavra à Dra Paula Morais, representante da Segurança Social, que informou que as cantinas sociais estão a ser avaliadas, mas haverá um novo protocolo, por mais 3 meses.

Ainda no capítulo das informações, e a propósito dos prazos de renovação dos projetos, a Sra. Presidente informou que o GIP está a ser renovado mensalmente, por uma questão de afetação de verbas, mas o que interessa é que vá sendo renovado.

No **ponto 3 - Projetos de apoio alimentar no Concelho** - foram abordados os seguintes projetos:

- Programa de Apoio Alimentar a Carenciados;
- Banco Alimentar de Abrantes;
- Programa PERA (Programa Escolar de Reforço Alimentar);
- Cantina Social – CBES Alcanena

A Senhora Presidente passou a palavra à Coordenadora da Rede, que abordou os programas PAAC e PERA, explicando em que consistem, de forma a existir cada vez mais partilha e, para que não haja duplicação ou falta de apoios. No que diz respeito ao programa PERA, deverá ser feita uma avaliação aos alunos e encaminhamento para cantina social, quando necessário.

A Dra. Paula Morais salientou que se devem garantir as refeições nas férias e apelou à sinalização de novos casos, mais concretamente por parte das escolas. Salientou ainda que estes projetos são fundamentais para que não haja duplicação ou falta de alimentos, havendo uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis.

A Dra. Adelina salientou que o Núcleo Executivo deve ser um espaço de partilha e alertou para o facto da necessidade de existirem momentos de reunião para que os técnicos partilhem e reflitam acerca dos casos.

A Senhora Presidente propôs que passe a existir uma reunião trimestral com todas as entidades - IPSS, Câmara Municipal, Segurança Social, Cáritas de Alcanena e de Minde – na 1ª segunda-feira de cada mês, e questionou se esta proposta iria ao encontro do objetivo referido pela Dra. Adelina. De seguida, colocou à votação e a proposta foi aprovada por unanimidade. Os representantes de cada instituição deverão levar os casos sociais que têm em acompanhamento e os que necessitem irão ao Núcleo Executivo da Rede.

Na sequência disto, e da possibilidade da inclusão da Cáritas no Núcleo Executivo da Rede, para a qual o Sr. Efigénio manifestou a sua disponibilidade, salientando, no entanto, que a área de influência da Cáritas Interparoquial de Alcanena não é só o Concelho e não abrange algumas freguesias do Concelho, nomeadamente, Minde e Serra de St. António, não foi considerada necessária a inserção da Cáritas no Núcleo Executivo, uma vez que irá participar nas reuniões trimestrais objeto da proposta anterior.

A Senhora Presidente mencionou que teve reunião com a coordenação do Banco Alimentar de Abrantes para se conhecerem e partilharem intervenções. Afirmou que a qualquer momento é possível que as instituições do Concelho se candidatem a este apoio e sugeriu ao CBES do

Espinheiro que formalizasse o interesse em receber e apoiar famílias ao nível da União de Freguesias.

A Dra. Adelina informou que, no que diz respeito à Cantina Social, o número de famílias tem-se mantido – 26 – e são, na sua maioria, indivíduos só, portadores de doença oncológica e cidadãos estrangeiros.

No **ponto 4 – Rede Social** - a Senhora Presidente passou a palavra à Coordenadora da Rede, que apresentou resumidamente o Diagnóstico Social do Concelho e enviará a versão final, posteriormente, a todos os representantes do CLAS, para que enviem contributos até dia 25 de julho. Com base nas propostas que sejam enviadas, o documento será terminado e apresentado ao CLAS na próxima reunião, para aprovação do procedimento.

No que diz respeito às Comissões Sociais de Freguesia, a Senhora Presidente perguntou se havia algum presidente de junta presente, interessado em aderir e informou que irá promover uma reunião com a Junta de Freguesia de Minde para iniciar o processo, pois é a 2ª maior do Concelho. Informou que o documento de apresentação das Comissões Sociais de Freguesia será enviado a todos os representantes do CLAS, solicitando apreciação dos Presidentes de Junta para avaliar receptividade.

O Presidente da Junta de Freguesia dos Bugalhos informou que já fez alguns contatos, mas que ainda não tem algumas respostas.

A Dra. Paula salienta que um dos objetivos das Comissões é complementar o plenário, resolvendo os problemas das freguesias na área do seu território, para que desta forma subam à Rede Social apenas os casos que não tenham solução no local e com os recursos da Freguesia.

No **ponto 5 – Aprovação de Parecer sobre Projeto da Fundação Joaquim S. Fernandes e Nª Srª da Penha de França** – a Senhora Presidente deu a palavra à Coordenadora da Rede, que referiu que a Fundação havia contactado a Rede Social no sentido de solicitar um parecer para o seu projeto de construção de um Lar de Idosos. Informou também acerca do procedimento definido para a emissão de pareceres, adotado neste caso, tal como em todos os outros anteriormente, e leu o parecer emitido pelo Núcleo Executivo. De seguida, foi dada a palavra aos representantes da Instituição e o Dr. Daniel Café fez uma apresentação e contextualização do projeto, e mencionou que existem outros lares no Concelho, mas não são vocacionados para pessoas carenciadas, e que com este projeto se pretende apoiar todas as pessoas que precisem, visto que não recorre a financiamentos do Estado, mas apenas a fundos próprios do benfeitor.

A Dra. Adelina, do CBES Alcanena pediu a palavra e apresentou a sua discordância, afirmando que as IPSS estão vocacionadas para a população carenciada.

A Dra. Paula questionou se esta resposta social irá ser apenas para os utentes do Concelho e alertou para o facto da manutenção do lar previsto vir a ter um custo muito mais elevado do que a infraestrutura, ao que responderam que em relação aos custos não há problema, porque o Sr. Joaquim Fernandes tem uma fortuna incalculável, que pretende investir no projeto e no Concelho, caso contrário, se não conseguir fazer cá este investimento, fá-lo-á no estrangeiro, uma vez que

tem muitos contactos e ideias para o investimento.

O Dr. Daniel Café referiu que o projeto corresponde a uma vontade expressa do Presidente da Fundação para ajudar pessoas carenciadas, principalmente da localidade de Gouxaria, e que já está em andamento e a ser acompanhado por um técnico da Segurança Social.

A Dra. Paula Morais referiu também que a Fundação deverá ter o apoio técnico do Núcleo das Respostas Sociais, que acompanha os projetos do ponto de vista da necessidade de lugares e do ponto de vista técnico da atividade.

O Dr. Daniel Café referiu que já tiveram inúmeras reuniões com o Sr. Diretor da Segurança Social, Dr. Tiago Leite, e que este nunca os encaminhou para essa área, apenas para o Arquiteto da Segurança Social.

O Sr. Presidente do CBES de Alcanena, Eduardo Marcelino, afirmou que o CBES de Alcanena não recebe apenas utentes do Concelho de Alcanena e que desconhece o projeto, enquanto membro do CLAS. No entanto, já falou com algumas pessoas sobre ele, mas desconhecem-se as questões técnicas. Sugeriu uma reunião para abordar o assunto, porque está em causa a criação de mais 40 camas numa primeira fase e o alargamento a 100, posteriormente, não nos podendo nós esquecer que já existem outras duas instituições a prestar este serviço no Concelho.

A Dra. Paula Morais perguntou se a única resposta na qual o benfeitor pondera investir o dinheiro é o lar de idosos, ou se está recetivo a apoiar outros projetos, ao que o representante da Fundação informou que está recetivo a apoiar o projeto de Lar Residencial do CRIT em Alcanena. A ideia do fundador é criar um lar de idosos, inicialmente com 40 camas, mas com condições para 100, visto que ele próprio já se encontra numa idade em que precisa de cuidados.

A Sra. Presidente referiu que, consultada a Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo da Câmara Municipal, foi informada de que a Instituição apresentou “um pedido de informação prévia (PIP) sobre a viabilidade de construção de um Lar de Idosos e Apoio Social, com área de implantação e de construção de 500,0 m<sup>2</sup> e 1500,0 m<sup>2</sup>, respetivamente, em nome de Joaquim da Silva Fernandes, no lugar da Gouxaria, tendo o requerente sido oficiado em 14/05/2012 da decisão favorável do município de Alcanena.”

Posteriormente, e em reunião, apresentou verbalmente “uma proposta de reformulação do “projeto” com objetivo de construir no local um Lar de Idosos e Apoio Social com capacidade para 100 camas.

Acontece que a nova proposta de implantação apresentada informalmente apresenta-se em contravenção com ordenamento, uma vez que a área proposta triplicou face à viabilidade inicial, quer a área de implantação, quer a área de construção.

Assim, foi comunicado verbalmente na reunião que a proposta de reformulação apresentada, apenas teria viabilidade com a revisão do PDM, cuja classificação e eventual exclusão de servidões estão em estudo”.

Baseada nesta informação, a Senhora Presidente referiu que não existem condições para ela própria, enquanto responsável da Câmara Municipal no CLAS, e simultaneamente responsável

em última análise pela aprovação dos projetos de obras, para votar favoravelmente um parecer que se reveste deste tipo de “incompatibilidades”. Referiu que deverá haver articulação entre várias entidades, bem como consolidação do que se pretende.

Perante todas estas questões, por um lado, os argumentos da Fundação, a discordância de alguns parceiros e o desconhecimento de algumas dimensões do projeto, mas, sobretudo, atendendo às questões processuais do projeto de construção, que não estão verificadas, a Sra. Presidente da Câmara sugeriu que a aprovação do parecer seja retirada da ordem de trabalhos, para votação, por não haver condições para a sua efetivação, e que o assunto seja abordado em nova reunião do CLAS, quando a Fundação reunir todos os requisitos necessários às diversas aprovações dos projetos.

No **ponto 6 - Outros assuntos** - foi agendada a próxima reunião do CLAS para dia 3 de dezembro de 2014 e foi assinada a adenda da EMIVA.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

Para que conste, assim foi redigida a presente ata, conforme lida e aprovada, que será assinada pela Senhora Presidente e pela Coordenadora, que secretariou.

Alcanena, 25 de junho de 2014

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

**A COORDENADORA**

(Ana Inácio)

